

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Gazeta Mercantil Class.: Declaração Int. do

Data: 02 e 04/10/93 Pg.: 5 Dir. Indígenas
DIOR0015

RELAÇÕES EXTERNAS

O Brasil e a questão da soberania

por Maria Helena Tachinardi de Brasília

O governo brasileiro está preocupado com novos conceitos, alguns "sob a capa humanitária ou de moralidade, como o suposto 'dever de ingerência' e a 'boa governança', ao lado de versões renovadas de velhas práticas, como o ecoprotecionismo", disse o chanceler Celso Amorim em seu discurso na abertura da Assembléia Geral da ONU, na semana passada.

A preocupação maior do governo é com os conceitos que visam à relativização do princípio da soberania "nunca argüida em relação aos países poderosos", comentou o ministro.

O tema está presente em fatos diários da vida nacional. As recentes manobras militares norte-americanas na Guiana, a chacina dos yanomamis, os problemas de garimpeiros na fronteira com a Venezuela, o projeto de declaração que está sendo debatido na comissão de minorias e direitos humanos das Nações Unidas, defendendo a idéia de autodeterminação dos povos indígenas. Esses assuntos, que estiveram na agenda das duas reuniões do Conselho de Defesa Nacional e resultaram na decisão do governo de apressar a implementação do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), colocaram em evidência a preocupação com a soberania brasileira sobre seu território.

Recentemente têm surgido expressões como soberania limitada, restrita, compartilhada, dever de ingerência e intervenção humanitária. A complexidade da agenda internacional tem mostrado, no entanto, que existem limites ao dever de ingerência — conceito inventado em 1989 durante a gestão do presidente francês François Mitterrand, na época da queda do governo romeno de Ceaucescu, quando houve resistência da polícia política Securitat.

O outro conceito — de soberania limitada — caso do Iraque, que depois da Guerra do Golfo teve de se submeter às decisões do Conselho de Segurança da ONU, como o impedimento

de voltar a explorar e vender petróleo — foi evocado, no Brasil, quando a comunidade internacional começou a pressionar o governo brasileiro a preservar a Amazônia e livrá-la de queimadas, prejudiciais ao equilíbrio ecológico.

Uma fonte diplomática comentou: "Do ponto de vista político, seriam necessários mais de vinte anos de erros, como matança de índios, queimadas, desordem total e falta de controle da situação para que viesse a ser criado um tipo de intervenção externa".

O coronel Manoel Sorianeto, assessor do Estado-Maior do Exército em trabalho recente sobre atentados à soberania menciona alguns exemplos, como a decisão da Suprema Corte de Justiça dos EUA, de 15 de junho de 1992, que ficou conhecida como "doutrina Thornburg", autorizando o Poder Executivo, a Polícia e as Forças Armadas dos Estados Unidos a prender qualquer cidadão, em qualquer parte do mundo para julgá-lo nos tribunais dos EUA. Com isso, ficou "legalizado o seqüestro internacional", diz o autor.

Um outro exemplo é a gestão do ex-secretário de Defesa dos EUA, Dick Cheney, debatida na XIX Conferência dos Exércitos Americanos, para que as Forças Armadas da América Latina engajem-se no combate ao tráfico de drogas, reduzam os seus efetivos, limitem seus armamentos às necessidades de autodefesa, obedeçam aos mecanismos de controle de tecnologia para a fabricação de mísseis balísticos, e renunciem a toda tecnologia para a fabricação de artefatos nucleares.

Quando novas formas de integração mais profundas vierem a ser negociadas no contexto do Mercosul, a preocupação com a soberania limitada também se colocará. Será um problema de delegação de competência, observa o embaixador Rubens Barbosa, subsecretário-geral de Integração, assuntos econômicos e de comércio exterior do Itamaraty.

O Brasil perderá algo se se autolimitar em política econômica, financeira, monetária ou qualquer outro tipo de política discutida entre os quatro países do Mercosul, salienta o embaixador. A delegação de competência a instituições supranacionais ou intergovernamentais no Mercosul e a questão da soberania serão debatidos numa conferência diplomática no final do próximo ano.